
Sérgio Niza: Escritos sobre Educação

Apresentação do livro proferida na Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação do Porto, da Universidade do Porto em 11/10/2013

Jorge Ramos do Ó

Professor Associado
Instituto de Educação, Universidade de Lisboa



A leitura do conjunto dos escritos e das intervenções de Sérgio Niza deixa perceber a firme convicção de que só a "organização cooperativa do trabalho criativo" pode romper positivamente com o problema maior dos projetos pedagógicos do Estado-nação – o da associação entre disciplina e liberdade – e com a tese correlata, tornada banal no presente, de que o aluno gosta de ser dirigido em cenários onde deva aprender, paulatina e voluntariamente, a submeter-se ao que passa por verdadeiro, à ordem e à autoridade estabelecidas. Bem sabemos como, por esta via, a cultura escolar enraizou toda uma política da vida e da identidade pessoal em que a autonomia do escolar serve, no essencial, para dar corpo a uma ética da obediência consentida e da padronização social.

A defesa de uma interação pedagógica que assente e se desenvolva em práticas

organizacionais de "democracia direta" assoma constantemente em Sérgio Niza, o que empresta às suas palavras uma demarcação radical da pobre instituição escolar que habitámos e continuamos sossegadamente a oferecer aos nossos alunos. A questão propriamente política que traz à nossa consideração, em afirmações que se vêm sucedendo ao longo de quase meio século, é a da invenção de modalidades de *estar junto*. Os da organização de encontros em que todas as idades e vocações, papéis sociais e destinos possam coexistir e desdobrar-se perpetuamente a partir de necessidades criadas no interior de si mesmas e no diálogo relacional. Através do seu persistente testemunho, o questionamento frontal das hierarquias tornadas naturais e evidentes por ação da depuração escolar torna-se menos difícil. É que, com Sérgio Niza, não estamos mais só

no enfrentamento do intolerável, isto é, de uma instituição toda ela construída para, por meio da certificação escolar, tornar natural a supremacia e prepotência dos "mais dotados" e, ao mesmo tempo, encher de culpa surda e produzir a respetiva não-inscrição social da gigantesca mole de alunos que fica pelo caminho.

Há, pois, como ele mesmo gosta de dizer, que permanecer em "guerra aberta à ilusão dos grupos homogêneos" e da recapitulação de conteúdos, afirmando, em alternativa, a possibilidade de produzir, já a partir da infância e na sua inteireza mesma, os vários processos sociais em que se dá "a construção da cultura toda". Na assunção da sua diferença individual, insiste Sérgio Niza, todos os alunos devem participar no planeamento, organização e avaliação da vida da turma e das tarefas escolares. Estamos, já se vê, perante uma proposta em que o ato de aprender dispensa a função ensinante das lições formais iguais para todos, em favor de uma prática vocacionada para assumir, e cito, a "**heterogeneidade como recurso fundamental**", quer dizer, que descubra na individualização do percurso escolar e no convívio cultural com os pares a condição da melhoria das capacidades cognitivas. Nos seus escritos e ditos, Sérgio Niza está continuamente a lembrar-nos que a agigantada e paradoxal máquina de

exclusão em que se transformou nos últimos 100 anos o programa da chamada "escola para todos", pode ser questionada no coração de si mesmo, por meio de um trabalho curricular "em cooperação plena". Há então que fazer participar os alunos nas funções de ensino e acompanhá-los em projetos de trabalho e na resolução de problemas, desmultiplicar os recursos coletivos, alimentar continuamente dispositivos de planificação do currículo e avaliação feitos em grupo, dando sempre e sempre "especial relevo ao valor cognitivo da controvérsia conceptual através da linguagem", desencadeando "novas formas de tutoria entre os alunos", baseadas na colaboração e reciprocidade solidária.

Assim, de repetidor-infinito de uma verdade científica que já chega sem vida ao livro escolar e nele permanece, o aluno é descoberto como um "parceiro intelectual" que constrói e escreve as aprendizagens, podendo a turma adquirir, enfim, e cito, "a dimensão colegial de uma comunidade que aprende e se autorregula com a mais valia de um adulto – o docente –, agora um profissional da aprendizagem e do estudo". A nossa maior urgência é que a escola pública comece a trabalhar para que também os alunos que não provêm da classe média possam ter nela sucesso.

Eis-nos por esta via colocados ante uma

inversão fundamental do ato pedagógico. Aquele em que um normativismo essencialmente manipulatório – "que confunde a transposição didática de um conhecimento com esse Conhecimento" – cede lugar a um encontro dos alunos com os instrumentos através dos quais se produz a linguagem da ciência. Parece de uma meridiana evidência, mas a escola que temos ignora, tão soberana e cheia de si mesma, que o conhecimento se produz na ação de se produzir, que "não é possível construir aprendizagens sem falar e escrever as aprendizagens". Esclarece-nos bem Sérgio Niza neste passo da sua narrativa. Cito: "é necessário criar ambientes onde os alunos possam falar, possam dizer o conhecimento, escrever o conhecimento e pô-lo a circular, principalmente na sua comunidade, para perceberem, desde logo, como conhecer é socialmente útil. Eu não estou a aprender para amanhã. Eu estou a aprender para já. Tudo o que eu aprender tenho de partilhá-lo com os outros para ajudar os outros, e se estou a fazer um estudo eu apresento-o aos outros e submeto-o ao juízo dos outros. É ali que ganha sentido. Não é ao professor que eu vou ensinar. O professor é uma figura um pouco imaginária. O aluno tem de produzir para as pessoas reais, com o professor também lá dentro e que o ajuda a ir mais

longe". Como se verifica, esta operação crítica não se faz em nome do facilitismo, como tantas vezes se quer fazer passar, mas, antes, em favor da democratização do gesto mais ocultado pela cultura escolar. O que autoriza a posse efetiva dos métodos e processos intelectuais sobre que se constroem os vários saberes. A força do discurso de Sérgio Niza é a de fazer imaginar, como realizável *hic et nunc*, a possibilidade de fazer corresponder ao ato de aprendizagem uma prática de discussão incondicional e sem pressuposto. Multiplicidade e multiplicação. O lugar da Ciência que toda a escola democrática deveria compor seria, então, o da reelaboração permanente da verdade e o da ficção da experimentação. Ele não cessa de nos dizer que será por essa via de uma problematização sem fim que se superará a velha lógica da ordem explicadora, esse mito-maior da pedagogia, que tem estado quase sempre ao serviço da edificação de uma fronteira, logo tornada um fosso, entre as matérias ensinadas e quem se dispõe a aprendê-las em sala de aula. A parábola de um mundo dividido entre espíritos sábios e espíritos ignorantes, insistia-se, só tem servido para negar a simetria de duas vontades, a possibilidade de um encontro feliz entre duas inteligências. Ora, na sua proposta de uma gestão cooperada, Sérgio

Niza, incita-nos a compreender que ensinar e aprender não constituem uma potência divisível. E que o cerne de todo o método consiste, tão só, em procurar e que, no processo da procura, alunos e professores coincidem por inteiro. Não há possibilidade de construção da informação fora da troca, dos canais, das redes, dos servidores, dessa poética da fluidez que torna todo o pensamento híbrido e cada texto um intertexto. Formação e mestiçagem deveriam nesta perspetiva tornar-se, através da vivência escolar, palavras sinónimas.

Sérgio Niza, à semelhança de vários de nós, escolheu o palco da história para melhor entender como a instituição escolar – mau grado as constantes reformas "inovadoras" que se vêm atropelando sem descanso na arena educativa desde o primeiro quartel de Oitocentos – permanece no essencial a mesma desde o século XVII. Ao lermos as páginas deste seu livro percebemos que os princípios de uniformidade, homogeneização e normalização dos comportamentos, concretizando-se num figurino organizacional altamente seletivo e discriminatório, constituem a marca mais funda e permanente da escola, posto que estão nela inscritos desde a sua fundação. Ora, será em nome da análise desta ocultada evidência histórica que Sérgio Niza nos aparece tão firme e determinado na oposição ao que

denomina aqui de "ensino simultâneo sistemático", em favor de *uma cultura por vir da diferença*. Não podemos deixar de nos inquietar com constantes afirmações suas que nos dizem que a maioria dos professores se limita, na atualidade, a dar continuidade aos métodos de trabalho iniciados por Jean-Batiste de La Salle (1651-1719) – fundador da congregação religiosa os Irmãos das Escolas Cristãs – destinados a ensinar muitas crianças pobres como se fossem uma só, através de um dispositivo curricular constituído por: (i) um mesmo livro para todos utilizado numa sala de aula de acordo com um ritmo decidido pelo professor; (ii) um emprego calculado do tempo para evitar a ociosidade dos alunos e otimizar o rendimento escolar; (iii) um controlo do saber adquirido através de um exame que determina a passagem de um nível para outro e, dessa forma, organiza todas as práticas de aprendizagem; (iv) uma vigilância organizada que atinge não só a conduta do aluno como a sua interioridade psicológica. Esta matriz seiscentista que produziu o enclausuramento do escolar, a racionalização magistercêntrica do trabalho docente, a uniformização dos métodos e dos materiais didáticos, foi *universalizada* com o triunfo do liberalismo-iluminista, ao longo da primeira metade do século XIX, constituindo desde então a gramática da escola laica,

democrática e republicana.

Sérgio Niza adota uma *metodologia do longínquo* que tem por único objetivo fornecer-nos uma história do presente e, dessa forma, levar-nos a pensá-lo de modo radicalmente diferente. Depois de Sérgio Niza fica mais difícil identificar aprendizagem com a repetição *ad nauseam* do texto escrito e aceitar a miséria interrelacional da escola quartel. A tese do poder moderno é sempre a mesma onde quer que nos encontremos: que a opressão e a submissão possam continuar a ser autoconsentidas pelos destinatários delas e que a hierarquização surja como consequência natural do proclamado mérito individual. É fundamentalmente este objetivo disciplinar que o Estado-nação atribui à instituição escolar.

Sérgio Niza coloca-nos perante a possibilidade real de uma inversão no modo de aprender e que atinge o âmago da *gramática* da escola. As páginas do seu punho estão cheias de considerações práticas no sentido de fazer de cada um dos alunos um escritor, como ele tanto gosta de dizer parafraseando Roland Barthes que *lhe está sempre tão próximo*. Urge trabalhar exatamente na direção oposta em que temos estado desde o início da escola: **partir da escrita para a leitura e não desta para a produção do texto**. Com Sérgio Niza

aprendemos que toda a discussão pedagógica se deve iniciar e terminar em torno de um só princípio programático – o de inscrever e manter operacional o processo de democratização do gesto criativo. Não há como deixar de insistir que a instituição escolar inscreveu no seu interior a escrita como princípio e fim das aprendizagens, mas, ao mesmo tempo, a tem subalternizado incessantemente em favor da leitura. Isto vale por dizer que toda uma civilização se vem relacionando com a cultura escrita através de uma prática da demonstração, fundando-se na leitura e na sacralização do livro, reificados como estruturas que revelam *verdades* há muito estabelecidas como necessárias e inquestionáveis. E como seria fácil mostrar que as mais das vezes estes conhecimentos são há muito – ou sempre o foram mesmo – totalmente obsoletos e inúteis nos respetivos campos científicos de origem! É profundamente triste mas é facto que nunca ultrapassámos na escola a missão judaico-cristã que ela teve até ao fim do Antigo Regime, a de a escrita se objetivar no acesso ao texto canónico.

É porque se apresenta como a instituição por excelência da conservação social que a escola hipervaloriza e esgota os seus efetivos em delirantes rotinas de repetição, anotação, síntese e comentário, fazendo querer à maioria dos que a não aguentam

que a criação é, justamente, o prêmio que alcançam os que se mantêm até ao fim ativos adentro da absurda máquina escrava da *mimesis* e a ela sobreviver.

No fundamental, ler e escrever têm sido, como julgo se compreende melhor à luz destas considerações, sinónimo de uma fratura entre duas formas de vida bem distintas. Temos, por um lado, esse mundo exíguo, constantemente rarefeito por ação da escola, composto por aqueles que concebem e *assinam* os objetos culturais, narcisicamente eleitos por todos os meios de comunicação como celebridades no seu domínio de ação, seja este económico, científico ou cultural e artístico; temos, por outro lado, a multidão, sempre em crescimento à medida que o século XX afirmou a chamada "escola para todos", composta pelos que dela foram obrigados a sair e que, no máximo, podem aspirar a assistir ou a desejar consumir – estes poderiam, de acordo com o mesmo raciocínio, ser designados de *leitores*. Porventura uma das zonas mais cegas desta poderosa máquina de hierarquização social é a que defende massivamente, com a confiança de ter o melhor e o mais saudável dos produtos para administrar aos outros, "políticas de leitura" para as crianças e os jovens, glorificando a figura do autor como estando na origem de tudo o que produz e

afirma, qual deus *ex machina* do nosso destino coletivo. É importante compreender como, de há dois séculos a esta parte, o imaginário educativo é dominado quase sem concorrência pela mundividência liberal e pela retórica da igualdade de oportunidades para todos, mas toma o livro como o *locus* da transcendência e do endeusamento. Compreende-se como se trata de fazer a apologia dos bens culturais para os controlar, selecionar, organizar, delimitar, restringir, rarefazer. Há que insistir, sempre e mais uma e outra vez, que o nosso modelo escolar descobre no texto científico e literário o índice ou a soma de tudo o que pode ser dito sobre qualquer assunto, tornando completamente impossível formularem-se proposições novas, enunciados novos. Em nome de que modelo de sociedade por vir se interdita em absoluto as crianças e os jovens de participar no mais sério dos jogos, o da busca da verdade? O aluno é alguém que se deve apenas perceber "*no verdadeiro*", imerso no jogo restrito e silencioso da repetição indefinida do mesmo texto.

Ao escutar Sérgio Niza fica mais clara a urgência de uma *política da escrita* cuja positividade afirme como sendo a mais terrível de todas as dominações, a que se produz na ausência do questionamento. As noções de ludicidade, de reelaboração, de troca e de anonimato da linguagem,

consubstanciais a todo e qualquer ato criativo, científico ou outro, são as que evidentemente chocam de frente com os múltiplos e insuspeitos poderes que combatem a expansão do mais perturbador dos desejos, aquele que, sob o nome comum de *escrita*, descobre uma operação que simultaneamente reflete, inventa e dispõe artefactos no mundo como se de uma qualquer ficção experimental se tratasse. Julgo que é exatamente em nome de uma vida social pobre e enfraquecida a partir do interior de si mesma que se obstaculiza a que a escola produza acontecimentos que transportem, em simultâneo, reflexão, inventividade e singularidade. A nossa tragédia tem sido a de que os poderes na modernidade, sejam eles quais forem e apresentem-se como se apresentarem, se ampliam na razão inversa da livre experimentação e do livre questionamento. "A escola", alerta-nos Sérgio Niza, "será a última a aceitar a complexidade e heterogeneidade do conhecimento contemporâneo".

Há mais de três décadas que Sérgio Niza nos vem lembrando que a tarefa essencial da escola tem de ser a de tornar os cidadãos "verdadeiramente letrados, isto é, pessoas que conheçam a necessidade e o prazer da língua escrita". Para isso entende que é condição instrumental evitar-se a "dispersão

por dois percursos didáticos, o da leitura e o da escrita, ou pior ainda o de considerar a leitura como motor da prática de escrever". É por isso que diz não entender como os professores continuam a ensinar a língua escrita através sobretudo de textos literários e de lições de gramática, "em vez de realizarem um trabalho de reflexão sobre as estruturas da língua a partir das produções dos próprios alunos". O trabalho propriamente pedagógico que vem desenvolvendo com os professores que integram o Movimento da Escola Moderna vai no sentido da viabilização na sala de aula de "momentos coletivos de trabalho de escrita a partir de esboços de texto ou de primeiras versões individuais". E avisa-nos: "só no confronto sereno das produções escritas a escrita evolui".

Compreende-se de imediato que esta pedagogia da cooperação, destinada a desenvolver a textualidade através de fluxos permanentes de produções enriquecidas no trabalho sistemático de pequenos grupos, traz suposta uma verdadeira revolução na cultura profissional dos docentes. Não são precisas considerações detalhadas para se perceber como o trabalho dos professores tem estado muito longe de valorizar o ensino da escrita. As coisas têm-se passado como se os alunos produzissem os seus textos sozinhos ou em casa, sendo que essas

produções são alvo de uma atenção quase só policial e que se subsume as mais das vezes em assinalar o erro. O texto passa a ser o espaço de uma imperfeição e de uma incompletude que espelham, imediatamente a interioridade do aluno, devolvendo-lhe uma imagem de si que, na larguíssima maioria das vezes, só pode ser percebida como incapacidade cognitiva e/ou preguiça. Interessaria, e muito, perceber que a relação dos adultos com a população mais jovem, dentro e fora da escola, se faz em torno da ortografia – essa parte de "toilette da escrita" na feliz designação que Sérgio Niza lhe dá –, como se ela fosse a própria escrita, construindo-se a partir daí a ideia porventura mais infundada e consensual do tempo presente. A de que a barbárie e a ignorância se espelham exuberantemente nos textos dos alunos, em razão do seu desinteresse cultural e de escolhas fúteis.

Há toda uma longa história que se poderia contar sobre o modo como, de tantas e tão variadas formas, o dispositivo de avaliação dos escritos do aluno se destina no essencial a engendrar culpabilidade e, com ela, a edificar, como resultado de uma autodiscriminação, o abismo que separa o ignorante do mundo culto.

É porque "não aprendemos a usar e a gostar da escrita como instrumento nosso das ações quotidianas", dirá Sérgio Niza, que

"ela emerge em nós como fantasma persistente". É significativo pensar que a maior parte dos alfabetizados e escolarizados têm "pavor da escrita". E interroga-nos com a mais instante das perguntas: "como é que se pode ser um bom profissional da educação escolar se se tiver medo da escrita?"

A recusa dos métodos escolásticos, defendida por Sérgio Niza, não é difícil de antecipar nem supõe recursos inauditos. Faz-se, tão somente, através de formas de "organização e de trabalho que reproduzam, estou a citá-lo, situações análogas às do viver social autêntico, fugindo às formas caricaturais e despidas de sentido que a 'escola congelada' impõe". Na sua perspectiva, a escrita só pode ser trabalhada quando se torna imprescindível e relevante para o aluno, num trânsito permanente "de codificação e decodificação" que a associam estruturalmente com a oralidade e com a leitura". O essencial do gesto de Sérgio Niza já se adivinha e julgo se encontra nesta asserção: no processo de aprendizagem "é a atividade de escrever que constrói a leitura". Nada mais simples e todavia nada mais distante da vida que temos e da escola que está. O conceito de reescrita – conexo com o de intertextualidade, em que a palavra surge como unidade migratória e elemento de ligação entre múltiplos discursos, num

processo de reelaboração ilimitado –, inscreve-se no coração da sua proposta pedagógica. Toda a mudança da escola que está passa por alicerçar nela um trabalho interativo de "revisão do texto" como base única do desenvolvimento de competências de escrita. Há uma consciência de si da escrita – do processo de produção social e transformação de significados – que apenas se adquire neste processo de "revisão integrada de textos", mas que nada tem a ver com os exercícios de correção que se fazem nas nossas escolas.

Eis-nos enfim chegados à única certeza que a escola deveria tomar como sua – a de que é no interior da produção que se compreendem os próprios processos

produtivos. Tudo o que conhecemos ou podemos vir a conhecer se obtém na "retextualização". Com esta prática experimentamos não a beleza ou a instrumentalidade da escrita, mas a sua profundidade. Acentuar o entrelaçamento perpétuo e não a verdade ou a servidão nivelada da lei que, desde sempre, a escola prometeu e fez cumprir. Sérgio Niza convida-nos à exploração e à deriva, a apostar tudo nas hipóteses. O maior enfrentamento que podemos ter com o poder é o de nos assumirmos como "comunidade de escritores".

Lançamento do livro na
Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação do Porto, Universidade do Porto
11 de outubro de 2013